

CARVALHO; Alan de Oliveira¹

RESUMO

A busca por soluções em mobilidade urbana é imperativa no contexto das cidades modernas, sobretudo as com tempos de espera e de deslocamento em transportes públicos elevados, frota de veículos crescente e vias públicas perto do ponto de saturação em termos de fluidez do trânsito. A cidade do Recife, capital pernambuca, preenche com primazia os requisitos supracitados, com cerca de 22% da frota de veículos do estado, média de 31 minutos de espera por linhas de transporte público em paradas e estações de trem, além de 64 minutos de tempo de deslocamento somando ida e volta do trabalho. A opção por transportes ativos - como bicicletas e deslocamentos a pé - é ratificada pelo Plano Diretor de Transporte de Mobilidade do Recife, datado de 2011, sendo essa última modalidade de transporte esmiuçada em ações dentro do Plano Diretor Cicloviário da Região Metropolitana do Recife (PDC/RMR), cujas linhas contemplam os investimentos em infraestrutura e políticas públicas estaduais e municipais necessárias no horizonte de 2014 até 2024. O objetivo desse trabalho é realizar uma análise comparativa das intervenções previstas no PDC/RMR com as realizadas e registradas no relatório da malha cicloviária do Recife, relatórios e estudos da associação de ciclistas do município e outras publicações de relevância para o objetivo proposto através da filtragem dos dados de quilometragem prevista no Plano e executada na cidade, assim bem como as áreas onde tais intervenções foram realizadas e a classificação das mesmas - se ciclovias, ciclorrotas, ciclofaixas ou áreas compartilhadas. Os resultados mostram que de 2014 até julho de 2021 foram implementados cerca de 132,9 quilômetros de ciclovias, ciclofaixas, ciclorrotas e áreas compartilhadas na cidade do Recife, cerca de 53% do previsto no PDC/RMR, que aponta para a necessidade da execução de 249,22 quilômetros. No entanto, vale salientar também que eixos cicloviários de destaque em termos de quilometragem, de volume de usuários e número de vítimas em acidentes com bicicletas constantes no PDC/RMR e em relatórios das associações de ciclistas sequer contam com trechos executados, ao passo que outras intervenções em áreas menos prioritárias sob as perspectivas supracitadas foram realizadas na cidade sem necessariamente constarem no PDC/RMR. O trabalho em questão abre a discussão sobre a efetividade das políticas públicas da cidade do Recife e do estado no que diz respeito às intervenções realizadas de modo a ampliar o acesso ao sistema cicloviário, inclusive oferecendo perspectivas importantes para aplicar a metodologia para outras vertentes, tais como investimentos realizados, cruzar os dados obtidos com pesquisas de satisfação e índices de segurança do transporte cicloviário, dentre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Ciclofaixas, Ciclovias, Plano Diretor Cicloviário, Recife

¹ Universidade Federal Rural de Pernambuco, alan_olicarvalho@yahoo.com.br